

À COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Súmula: Requerem envio de expediente ao Ministério da Justiça e ao Governo do Paraná solicitando, garantias de vida ao Juiz de Direito da Comarca de Capanema, PR.

Senhor Presidente,

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais e constitucionais, requerem, ouvido o plenário, a tomada imediata e urgente de providências por parte desta Comissão no sentido de se acionar o Ministério da Justiça, através da Polícia Federal, e o governo do Estado do Paraná, para que sejam dadas garantias de vida ao Meritíssimo Juiz de Direito da Comarca de Capanema, Estado do Paraná, Dr. Márcio Geron, sobre o qual foi descoberto um plano de uma quadrilha de narcotraficantes para assassiná-lo, supostamente por ter o referido Magistrado julgado e condenado alguns expolicias civis que fariam parte da quadrilha que atua nos três estados do Sul e no Mato Grosso do Sul.

JUSTIFICATIVA:

Na manhã de hoje, mais de mil pessoas e representantes de diversos segmentos da sociedade civil se aglomeraram em frente ao Fórum da Comarca de Capanema, estado do Paraná, para protestar contra a violência e para pedir garantias de vida ao Dr. Márcio Geron, Juiz de Direito da Comarca local.

O juizado daquela Comarca, que tem como sede a cidade de Capanema, abrange ainda as cidades de Pérola D'Oeste, Bela Vista do Caroba e Planalto.

As primeiras informações que se tem sobre o plano para assassinar o Juiz de Capanema é o de que ele foi planejado por uma quadrilha poderosa, que tem ramificações nos três estados do sul e que atua ainda no Mato Grosso do Sul. A informação sobre o plano partiu de um integrante da quadrilha, preso pela polícia do Paraná. Esta quadrilha de narcotraficantes teria em seus quadros alguns ex-policiais civis que foram condenados pelo juiz, o mesmo que agora sofre ameaças de morte.

Ocorre, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que Capanema está situada na divisa com a Argentina e é rota de passagem para o tráfico de drogas e de carros roubados de todo o sul do país com Foz do Iguaçu, caminho de passagem para o Paraguai, e com a Bolívia. Ao condenar estes ex-policiais civis, que serviriam de suporte para a gangue, o Juiz estaria “atrapalhando” os negócios da quadrilha.

Estes fatos nos dão a dimensão de quão graves e quão profundas são as ameaças que pairam sobre o Juiz daquela Comarca e sobre a democracia brasileira. Como homens públicos e como representantes da população temos de tomar todas as iniciativas possíveis para impedir que novos atentados contra juízes ou outros representantes da Justiça se concretizem. Esta é a razão pela qual apelo a este colegiado para que acionemos os Poderes Executivos Federal e Estadual para que sejam dadas todas as garantias de vida ao referido Magistrado.

Sala da Comissão, em 14 de abril de 2003.

Deputado ASSIS MIGUEL DO COUTO e Deputado LUIZ COUTO